

PODER

Luz pode disparar por causa do Congresso

Parlamentares derrubam vetos de lei que estimulava energia eólica e mantêm “jabutis” que podem impor aos consumidores desembolso de R\$ 197 bi até 2050

» VANILSON OLIVEIRA
» WAL LIMA

O Congresso derrubou, ontem, os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à lei que, originalmente, visava estimular a geração de energia eólica offshore — produzida em alto-mar. O resultado da ação dos parlamentares pode gerar um impacto bilionário para os consumidores de energia elétrica. Estimativas da Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE) apontam que os custos podem alcançar R\$ 197 bilhões até 2050.

Isso representará um aumento médio de até 9% nas tarifas de energia. No projeto de lei, mantiveram-se “jabutis” (dispositivos adicionados ao PL que nem sempre têm a ver com seu conteúdo) que obrigam a contratação compulsória, pelo governo federal, de determinadas fontes de energia, independentemente da demanda do mercado — tal como a de 4,9 GW de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), cujo gasto é estimado em R\$ 140 bilhões até 2050.

A conta, porém, só aumenta: os “jabutis” preveem, também, a contratação de uma planta de hidrogênio líquido no Nordeste e de usinas eólicas na Região Sul — adicionam mais R\$ 33 bilhões ao desembolso pelo Executivo. No retorno à versão original do PL, ainda prorroga-se, antecipadamente, os contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa). São mais R\$ 24 bilhões ao custo final da energia elétrica no Brasil.

Por nota, a FNCE afirma que estuda acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a constitucionalidade dos “jabutis”. “A decisão do Congresso Nacional de derrubar, por ampla maioria, grande parte dos vetos presidenciais aos ‘jabutis’ na Lei das Eólicas Offshore obrigará os consumidores de energia a arcarem com um custo de R\$ 197 bilhões, ao longo dos próximos 25 anos, que poderá representar aumento aproximado de 3,5% na conta de luz”, afirma a entidade. “O Poder Legislativo, mais uma vez, demonstra desrespeito pelos princípios constitucionais e democráticos, ao persistir na defesa de propostas que prejudicam a população e ao conduzir o processo legislativo ignorando os regimentos internos, impedindo que a sociedade civil tenha uma ampla e plena participação e aprovando, sumariamente, medidas de grave repercussão sem base técnica nem justificativa econômica”, complementa a manifestação da FNCE.

De acordo com a Frente, as medidas são desnecessárias, pois além do alto custo têm potencial para ampliar, ainda mais, a já

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



Alcolumbre fechou acordo e jogou para a frente a análise de 30 dos 60 vetos que estavam previstos na pauta



A decisão do Congresso de derrubar grande parte dos vetos presidenciais aos ‘jabutis’ na Lei das Eólicas Offshore obrigará os consumidores de energia a arcarem com um custo de R\$ 197 bilhões, que poderá representar aumento aproximado de 3,5% na conta de luz”

Trecho da nota da Frente Nacional dos Consumidores de Energia

elevada sobreoferta de energia — isso porque o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) realiza cortes na geração de energia eólica e solar. Com a volta dos “jabutis”, a perspectiva é de que haja retração na geração de energias renováveis.

A FNCE ainda alerta que os “jabutis” são um perigo para a indústria, o comércio e os consumidores residenciais, “que verão impacto no preço dos produtos e serviços, e na inflação”. “Ao derrubar os vetos da Lei de Eólicas Offshore, o Congresso Nacional torna-se responsável pelo aumento na conta de luz dos brasileiros e por instalar o caos definitivo no setor elétrico”, frisa a entidade.

Mais derrota

Mas esta não foi a única derrota de peso que o governo sofreu. O Congresso também derrubou parte dos vetos presidenciais aplicados à lei que regulamenta a

reforma tributária, garantindo a manutenção da isenção fiscal para os fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro). Foi uma vitória para os setores do agronegócio e do mercado imobiliário, que vinham pressionando os parlamentares contra a tentativa do governo de tributar esses ativos.

No texto original aprovado pelo Legislativo, os parlamentares haviam assegurado que FIIs e Fiagros ficariam livres da incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) — tributos que substituirão PIS, Cofins e ICMS com a entrada em vigor da reforma tributária. Mas Lula vetou os trechos que garantiam essas isenções, alegando questões de equilíbrio fiscal.

O Congresso, porém, restabeleceu a garantia de que os fundos permaneçam livres de impostos no novo sistema tributário. O governo tentou evitar uma derrota ainda

pior depois de intensa negociação, sobretudo, com os ruralistas e os representantes do mercado financeiro. Para compensar a perda de arrecadação, a equipe econômica editou uma medida provisória que cria a cobrança de 5% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em transações envolvendo FIIs e Fiagros — a MP foi publicada em 11 de junho e precisa ser aprovada por deputados e senadores para vigorar.

Além do IOF, o pacote elaborado pelo Ministério da Fazenda incluiu a criação de uma alíquota de 17,5% de Imposto de Renda sobre os rendimentos obtidos com esses fundos, o que representa uma mudança significativa no modelo atual de tributação, que é isento para muitos investidores desses ativos. As novas regras, segundo o texto da MP, só passarão a valer a partir de 1º de janeiro de 2026, caso o Congresso as aprove.

A situação do governo não foi pior porque houve um acordo entre os líderes para adiar a análise de 30 dos 60 vetos da pauta — o restante ficou para a nova sessão do Congresso antes do recesso parlamentar, previsto para 18 de julho. Entre os vetos deixados para frente está o que trata da regulamentação da reforma tributária. Os parlamentares decidiram postergar a votação de 10 dispositivos, incluindo trechos que tratam da tributação sobre o uso de espaços físicos mediante pagamento, e da isenção do imposto seletivo para produtos exportados considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Abin Paralela complica mais o futuro de Bolsonaro

O futuro político do ex-presidente Jair Bolsonaro está se complicando cada vez mais. Inelegível por causa do crime eleitoral que cometeu ao reunir embaixadores estrangeiros para pôr sob suspeita as urnas eletrônicas do sistema eleitoral brasileiro, já corre o risco de ser condenado como o principal responsável pela tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, julgamento que está em pleno curso na primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF). Para agravar a situação, sua participação foi apontada pela Polícia Federal (PF) no caso da Abin Paralela, um plano de espionagem ilegal montado na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em seu governo.

Foram indiciados no esquema o deputado federal Alexandre Ramage (PL-RJ), ex-diretor geral do órgão, que também é réu no julgamento da tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, e o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (Republicanos), filho de Bolsonaro e principal responsável pela bem-sucedida estratégia de comunicação do ex-presidente nas redes sociais. O inquérito indiciou 35 pessoas que estariam envolvidas no grupo de espionagem em favor do ex-presidente e de seus parentes, cuja missão era encontrar situações para desabonar críticos do governo e criar informações falsas contra personalidades e políticos que se opunham ao governo.

A PF compartilhou provas e reservou um capítulo do relatório para as conexões entre a Abin Paralela e o 8 de janeiro. Foram recuperados arquivos deletados no computador do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, com detalhes sobre o plano Punhal Verde e Amarelo. Segundo os investigadores, a ideia era reverter o resultado das eleições de 2022, assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Ramage é acusado de orientar o ex-presidente a atacar a credibilidade das urnas e adotar uma estratégia mais hostil no enfrentamento contra “o sistema”, no caso o STF. Segundo a PF, a investigação apurou a atuação de policiais, servidores e funcionários da Abin que teriam formado uma organização criminosa para monitorar cidadãos e autoridades públicas, invadindo celulares e computadores sem autorização judicial. A ferramenta FirstMile foi usada para acompanhar os passos de pessoas que eram consideradas desafetos de Bolsonaro. Esse equipamento permite invadir o sistema de telefonia do Brasil para identificar a localização dos celulares de alvos previamente selecionados.

Desenvolvido pela empresa israelense Cognityte, o software rastreia a localização de aparelhos em tempo real por meio da exploração de vulnerabilidades em redes de telecomunicações. É usado por Israel para localizar alvos e eliminar adversários. No Brasil, foi adquirido pela Abin por R\$ 5,7 milhões, em contrato firmado sem licitação. Segundo a PF, até maio de 2021, serviu para monitorar milhares de linhas, sem autorização judicial. O sistema não é acessível ao público. O uso do FirstMile é restrito às agências estatais e requer aprovação específica, inclusive do governo de Israel. A comercialização é controlada e direcionada a órgãos de segurança e inteligência.

PF RESERVOU UM CAPÍTULO DO RELATÓRIO PARA A CONEXÃO DA ABIN PARALELA COM O 8 DE JANEIRO

Espionagem total

Foram alvos dessas operações os ministros do STF Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux; o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL); o deputado Kim Kataguiri (União-SP); os ex-deputados Rodrigo Maia, também ex-presidente da Câmara, Joice Hasselmann e Jean Wyllys; e os senadores Alessandro Vieira (MDB-SE), Omar Aziz (PSD-AM), Renan Calheiros (MDB-AL) e Randolfe Rodrigues (PT-AP), que integravam a CPI da Covid.

A investigação da PF veio a público em 2024, com a Operação Última Milha, batizada em referência à ferramenta, que realizou uma série de mandados de busca e apreensão. Pessoas ligadas a investigações envolvendo parentes de Bolsonaro também foram monitoradas, como os auditores da Receita Federal que fizeram o relatório que deu origem à investigação do esquema de “rachadinha” no gabinete do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), quando era deputado na Assembleia Legislativa fluminense. Marcelo Bormevet e Giancarlo Rodrigues, que estavam a serviço da Abin em ações clandestinas, tentaram “achar podres” dos auditores.

Outro caso relatado pela PF foi o monitoramento de Allan Lucena, ex-sócio de Jair Renan, e de Luís Felipe Belmonte, empresário, com objetivo de favorecer o filho 04 do ex-presidente, que era investigado por tráfico de influência, em 2021. Bormevet, que atuava na Presidência da República, e Giancarlo, na Abin, produziram dossiês falsos e disseminaram fake news para atacar a credibilidade das autoridades.

Cada vez mais enrolado no STF, Bolsonaro está sendo aconselhado por seus aliados a anunciar apoio à candidatura do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, a presidente da República. O compromisso entre ambos seria de que, caso seja eleito, conceda indulto ao ex-presidente ou apoie uma anistia geral aos envolvidos na tentativa de golpe de Estado, a ser aprovada pelo futuro Congresso. Bolsonaro refuga porque não confia em ninguém e teme que Tarcísio, se eleito, dispute a reeleição em 2030, o que seria o fim de suas pretensões de voltar à Presidência. Por ora, prefere indicar um dos filhos, Eduardo ou Flávio, ou a mulher, Michele.

CPI dos desvios no INSS é criada

Geraldo Magela/Agência Senado



Omar Aziz é o nome preferido por Alcolumbre para presidir a comissão

aposentados e pensionistas da Previdência Social.

Alcolumbre já havia declarado que trabalha para que o senador Omar Aziz (PSD-AM) assuma a

presidência da comissão. Pela regra do Congresso, o comando do colegiado cabe ao Senado, enquanto a relatoria será ocupada por um deputado. Até o momento, o presidente

da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não fechou consenso sobre o nome que ocupará a função.

Redução de danos

Nos bastidores, a instalação da CPI foi considerada uma derrota para o governo, que, inicialmente, atuou para evitar que fosse criada. Contudo, diante da adesão de parlamentares da própria base à pressão para que o colegiado saísse do papel, o Palácio do Planalto recuou e passou a negociar a composição da comissão, na tentativa de minimizar danos e controlar a pauta e o foco da investigação.

O esquema que será alvo da apuração envolvia entidades associativas que, por meio de convênios com o INSS, efetuavam descontos não autorizados diretamente nos contracheques de aposentados e pensionistas. A operação da PF mostrou a participação de intermediários, lobistas e servidores e resultou na saída de Carlos Lupi do comando do Ministério da Previdência. (VO)